



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
26ª Câmara de Direito Privado  
Apelação Cível nº 1001008-22.2018.8.26.0177

**Registro: 2021.0000795478**

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 1001008-22.2018.8.26.0177, da Comarca de Embu-Guaçu, em que é apelante CONCREMIX S/A, são apelados JANUSIA ALVES DOS SANTOS (JUSTIÇA GRATUITA) e VALDENI DA SILVA SANTOS ANDRADE.

**ACORDAM**, em sessão permanente e virtual da 26ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Deram provimento em parte ao recurso. V. U.**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores CARLOS DIAS MOTTA (Presidente) E RENATO SARTORELLI.

São Paulo, 29 de setembro de 2021.

**ANTONIO NASCIMENTO**

**Relator**

Assinatura Eletrônica



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
26ª Câmara de Direito Privado  
Apelação Cível nº 1001008-22.2018.8.26.0177

**Vara Única da Comarca de Embu-Guaçu/SP**

**Apelante: CONCREMIX S/A**

**Apeladas: JANUSIA ALVES DOS SANTOS e VALDENI DA SILVA SANTOS**

**MM. Juiz de Direito: Dr. WILLI LUCARELLI**

**VOTO Nº 28366**

RESPONSABILIDADE CIVIL – REPARAÇÃO DE DANOS MATERIAIS E MORAIS – ACIDENTE DE VEÍCULO. Pensão mensal e danos morais devidos à esposa. Presunção de dependência econômica da filha elidida nos autos. Ausência de vínculo afetivo. Danos morais. Não cabimento. RECURSO PARCIALMENTE ACOLHIDO.

A sentença de fls. 209/215, complementada pela decisão dos embargos declaratórios de fls. 248, julgou **procedente** a presente **ação de indenização** proposta pela **Janusia Alves dos Santos e Valdeni da Silva Santos** contra **Concremix S/A** para condenar a requerida a pagar, a título de pensão, o montante de R\$ 242.316,00, corrigidos a partir da propositura da ação e com juros de mora de 1% a partir do trânsito em julgado, na proporção de 50% para cada autora, facultando-se o pagamento mensal pela requerida até ser atingido o montante, além de danos morais, no valor de R\$ 160.000,00, com juros de mora, a contar da data dos fatos e correção monetária a partir da data da sentença, na proporção de 50% para cada autora.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
26ª Câmara de Direito Privado  
Apelação Cível nº 1001008-22.2018.8.26.0177

Em consequência, arcará a ré com o pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios fixados em 20% sobre o valor da condenação.

Inconformada, a ré recorre (fls. 251/261) pleiteando a exclusão da condenação com relação à autora **Janusia**, uma vez que não possuía dependência econômica ou laço afetivo com o pai. Somente após a morte do genitor é que foi concluído o processo de reconhecimento de paternidade. Por esse motivo requer a condenação da autora em litigância de má-fé. Por fim, com relação à autora **Valdeni** sustenta que o valor da pensão mensal deve ser fixada em 2/3 do salário mínimo. Requer a redução dos danos morais e dos honorários advocatícios.

Recurso recebido e bem processado.

Sem contrarrazões.

**É o relatório.**

Cuidam os autos de **ação de indenização**, fundada em acidente de veículo, relatando as autoras o falecimento de **Nilton de Andrade**, pai de **Janusia** e esposo de **Valdeni**, decorrente de acidente de trânsito ocorrido em 06/03/2018, por manifesta culpa do preposto da ré.

A ação foi julgada procedente. A ré



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
26ª Câmara de Direito Privado  
Apelação Cível nº 1001008-22.2018.8.26.0177

insurge-se somente no tocante à indenização.

Inicialmente, cumpre ressaltar que a autora **Janusia Alves dos Santos** não logrou se desvencilhar do ônus probatório que lhe incumbia por força do disposto no artigo 373, I, do CPC, demonstrando dependência econômica em relação a seu genitor.

Ao contrário do que relatou em sua petição inicial – de que sempre recebeu ajuda financeira de seu genitor – ficou comprovado nos autos a ausência de dependência econômica da filha com relação ao pai.

Em seu depoimento pessoal a demandante informou que não estava no local do acidente e não pode comparecer ao enterro do pai, por falta de tempo e dinheiro. Relatou, ainda, que não tinha contato com o pai, não recebia auxílio financeiro e que somente após o acidente, foi concluído o processo de reconhecimento de paternidade.

Na sequência, as declarações prestadas pelas testemunhas arroladas no curso da instrução também corroboraram a narrativa trazida pela parte autora:

*A requerente Valdeni, por sua vez, disse que era casada com Nelson há 25 anos, que ele era motorista e trabalhava registrado, e que não presenciou o acidente, que estava no trabalho quando foi avisada sobre o acidente. Acrescentou que a requerente Janusia Alves o procurou apenas para realização do exame de DNA, e que não conviviam.*

*A informante Auremides Maria disse que trabalhou na residência*



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
26ª Câmara de Direito Privado  
Apelação Cível nº 1001008-22.2018.8.26.0177

*da requerente Valdeni por muitos anos, que não conhece a requerente Janusia, e que não sabe dizer se a requerente Janusia tinha contato com o falecido ou com seus parentes.*

*Por fim, o informante Djalma Pereira mencionou que não presenciou o acidente, e que ficou sabendo há cerca de 04 (quatro) anos que o falecido tinha uma filha, e que teria ido à Minas Gerais para fazer exame de DNA” (fls. 212)..*

Com efeito, não restou evidenciado que ela mantivesse laços estreitos com o *de cujus*. Nesse caso, considerando que ela não residia com seu pai (sequer na mesma Cidade), não se aplica ao caso o entendimento de presunção de dependência econômica entre membros de família de baixa renda.

Desta forma, a autora **Janusia Alves dos Santos** não faz jus ao recebimento de pensão mensal.

Com relação a indenização por danos morais, melhor sorte não lhe assiste, pois ausente comprovação de próximo relacionamento e efetivo sofrimento íntimo, o pedido também não deve ser acolhido. É que o vínculo afetivo entre ela e seu pai não pode ser presumido por uma série de fatores, como por exemplo, o fato do reconhecimento da paternidade ter sido judicial e somente após a morte do genitor.

Assim, a r. sentença deve ser reformada para afastar a condenação da ré ao pagamento de indenização à coautora **Janusia Alves dos Santos**.

No tocante a indenização de pensão por



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
26ª Câmara de Direito Privado  
Apelação Cível nº 1001008-22.2018.8.26.0177

morte da coautora **Valdeni da Silva Santos**, conforme a orientação do Egrégio Superior Tribunal de Justiça, está consolidada no sentido de fixar a indenização por morte, com pensão de 2/3 do salário mínimo, pois 1/3 do salário seria destinado à subsistência da própria pessoa.

Assim, a autora **Valdeni da Silva Santos** faz jus à percepção de quantia correspondente a 2/3 do salário mínimo vigente à época dos fatos, importância esta devida até a data em que a vítima completaria 65 anos. Sobre as parcelas vencidas, incidirão correção monetária e juros de mora legais, ambas computados do evento danoso (STJ, Súmula 54).

A caracterização do dano moral é inequívoca, haja vista a perda prematura do esposo da autora, e se agrava diante das circunstâncias em que se deu o ocaso da vida de Nilton. No tocante à mensuração da indenização, a resposta pode ser encontrada na seguinte ementa de aresto do Superior Tribunal de Justiça:

*“Para se estipular o valor do dano moral devem ser consideradas as condições pessoais dos envolvidos, evitando-se que sejam desbordados os limites dos bons princípios e da igualdade que regem as relações de direito, para que não importe em um prêmio indevido ao ofendido, indo muito além da recompensa ao desconforto, ao desagrado, aos efeitos do gravame suportado.”<sup>1</sup>*

De fato, o valor deve ser suficiente para desencorajar a requerida da prática dessa natureza e alertá-los para a necessidade de cuidados mais precisos antes de macular a honra e sentimentos alheios e, de outro lado, não importar valor que possa ganhar contornos de enriquecimento sem causa, devendo o julgador pautar-se nos princípios da

---

1 STJ – 4ª Turma – Resp 214.053/SP – Rel. Min. **Cesar Asfor Rocha** – J. 5/12/2000 – v.u.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
26ª Câmara de Direito Privado  
Apelação Cível nº 1001008-22.2018.8.26.0177

proporcionalidade e razoabilidade das medidas coercitivas.<sup>2</sup>

Assim, deve ser mantida a quantia fixada em primeira instância (R\$ 80.000,00), montante razoável à situação apresentada, notadamente em considerando a condição econômica das partes envolvidas, mas também as consequências advindas do fatídico acidente.

Finalmente, não há se falar em protagonização de litigância de má-fé por parte da autora **Janusia**, eis que não configuradas as hipóteses tipificadas no art. 80 do CPC. Deveras, sua pretensão encontra-se albergada pelo direito constitucional de ação, mas também pelos princípios da ampla defesa e contraditório.

Em consequência da sucumbência recíproca, cada parte arcará com as custas e despesas processuais que despendeu e com honorários advocatícios da parte contrária arbitrados em 10% sobre o valor da condenação.

Diante dessas considerações, **dá-se provimento parcial** ao recurso, nos termos acima expostos.

**Antonio** (Benedito do) **Nascimento**  
**RELATOR**

---

2 TJSP – 34ª Câmara de Direito Privado – Apelação Com Revisão nº 0040085-97.2001.8.26.0000 – Rel. Des. **Nestor Duarte** – J. 17/05/2006.